



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011866-68.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **RADENI COMERCIO DE TECIDOS LTDA ME**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ser titular de linhas telefônicas que especificou, tendo em setembro/2014 firmado após oferta da ré novo plano que contemplava a instalação de outras linhas.

Alegou ainda que mesmo cancelando esse plano, recebeu fatura dele decorrente, postulando a rescisão do contrato e a declaração de inexigibilidade desse débito.

A ré admitiu a oferta de sete linhas telefônicas à autora em plano diverso do que ela utilizava, além de admitir que elas foram retiradas em novembro/2014.

Não se pronunciou sobre os demais fatos articulados pela autora, especialmente quanto ao cancelamento do novo plano ter ocorrido em 14 de outubro (fornecido o protocolo correspondente, poderia trazer a gravação do contato havido para demonstrar que tal cancelamento não aconteceu, mas sua inércia leva a conclusão contrária) e quanto à não utilização das novas linhas (não foi negado que sequer a instalação das novas linhas se completou a partir de orientação emitida pelo próprio técnico que as teve como não ideais pelos custos que demandariam).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Diante desse contexto, reputo que a pretensão deduzida prospera.

Com efeito, ficou evidenciado que a contratação do novo plano de telefonia pela autora não produziu efeitos concretos, não tendo a ré prestado serviços específicos que justificassem o recebimento de quaisquer valores a esse título.

Bem por isso, é de rigor a declaração da rescisão desse plano para que nenhuma dúvida paire sobre o assunto, a exemplo da inexigibilidade dos débitos que dele promanaram.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para: 1) declarar a rescisão do plano de telefonia contratado entre as partes em setembro/2014 desde 14 de outubro de 2014; 2) declarar a inexigibilidade de qualquer débito dele decorrente; 3) determinar à ré que regularize as faturas da linha nº (16) 3372-7171, desconsiderando acréscimos provenientes do plano aludido no item 1 supra.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**